



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — \$80

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário do Governo» e do «Diário das Sessões», deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional de Lisboa.

ASSINATURAS		
As três séries . . .	Ano 360\$	Semestre 200\$
A 1.ª série	" 140\$	" 80\$
A 2.ª série	" 120\$	" 70\$
A 3.ª série	" 120\$	" 70\$

Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio . . .

O preço dos anúncios é de 4\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a sua publicação de depósito prévio a efectuar na Imprensa Nacional de Lisboa.

SUMÁRIO

Presidência do Conselho:

Rectificação:

Ao Decreto n.º 46 911, que adita à tabela do artigo 2.º do Decreto n.º 27 903 um novo tipo de lata, que se destina a acondicionar, na exportação, conserva de tomate em puré ou em pasta.

Portaria n.º 22 423:

Fixa os efectivos da base aérea n.º 11 — Revoga a Portaria n.º 21 508.

Ministério do Exército:

Decreto-Lei n.º 47 484:

Determina que passem a ser elaboradas por processo mecanográfico as relações de vencimentos do pessoal militar e civil do Ministério a que se entenda por vantajoso aplicar aquele sistema.

Ministério da Marinha:

Portaria n.º 22 424:

Declara afretado pelo Ministério do Exército, a partir de 19 de Janeiro de 1967, para o transporte de tropas e material de guerra, o navio *Vera Cruz*, da Companhia Colonial de Navegação, com direito ao uso de bandeira e flâmula e ao gozo das imunidades inerentes aos navios públicos.

Ministério do Ultramar:

Portaria n.º 22 425:

Aprova a tabela de taxas do serviço telex interno a observar na província ultramarina de Angola.

Ministério da Saúde e Assistência:

Portaria n.º 22 426:

Cria no Ministério a Comissão Nacional de Reabilitação.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

Secretaria-Geral

Tendo sido publicado com inexactidão no *Diário do Governo* n.º 66, 1.ª série, de 19 de Março do corrente ano, pelo Ministério das Finanças, Direcção-Geral das Alfândegas, o Decreto n.º 46 911, determino que se faça a seguinte rectificação:

No mapa do artigo único, onde se lê:

Designação da conserva	Tipos de exportação		Percentagens
	Peso, em quilogramas, da lata com a respectiva conserva		
De tomate em puré ou pasta	1 3,750 5		9,5

deve ler-se:

Designação da conserva	Tipos de exportação		Percentagens
	Peso, em quilogramas, da lata com a respectiva conserva		
De tomate em puré ou pasta	1 3,750 5		9,5

Presidência do Conselho, 26 de Dezembro de 1966. — O Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar.

Secretaria de Estado da Aeronáutica

Portaria n.º 22 423

Convindo dar cumprimento ao disposto na Portaria n.º 20 856, de 21 de Outubro de 1964, no que respeita à fixação de efectivos:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado da Aeronáutica, que se observe o seguinte:

1.º Os efectivos da base aérea n.º 11 sejam os constantes dos mapas anexos.

2.º É revogada a Portaria n.º 21 508, de 6 de Setembro de 1965.

Secretaria de Estado da Aeronáutica, 4 de Janeiro de 1967. — O Secretário de Estado da Aeronáutica, Francisco António das Chagas.

Base aérea n.º 11

A) Oficiais

Designações	Técnicos					Total	
	Pilotos aviadores		De operações	De manutenção	De material electrotécnico		
	Do meteorologia	De circulação aérea e radar de tráfego					
Brigadeiros ou coronéis	1	—	—	—	—	1	
Tenentes-coronéis ou maiores	1	—	—	—	—	1	
Capitães	1	1	1	—	—	2	
Subalternos	—	1	—	1	1	6	
Total	3	2	1	1	1	16	

B) Sargentos e praças

Designações	Pilotos	Especialistas						Serviço geral	
		Operadores			Mecânicos		Enfermeiros		
		Radiotelegrafistas e radaristas de avião	Teletipistas e cripto	Meteorologistas	De circulação aérea e radaristas de tráfego	De material aéreo			
Sargentos-ajudantes, primeiros-sargentos, segundos-sargentos ou furriéis.	1	-	-	-	-	-	-	-	
Sargentos-ajudantes ou primeiros-sargentos.	-	-	-	1	2	-	-	-	
Primeiros-sargentos	-	1	1	-	-	-	-	-	
Segundos-sargentos ou furriéis	-	3	2	3	6	1	1	5	
Primeiros-cabos readmitidos.	-	3	3	3	-	2	2	9	
Primeiros-cabos	-	-	-	-	-	2	2	43	
Segundos-cabos ou soldados.	-	-	-	-	-	-	-	64	
<i>Total</i>	1	7	6	7	8	3	5	82	
						3	5	200	
						4	9	139	

(a) Praças não readmitidas a fixar anualmente.

C) Pessoal civil contratado

Designações	Médicos	Pessoal de secretaria				Total
		Tradutores	Arquivistas	Escrivários	Dactilografos	
Pessoal de mesa, refeitório e cozinha — Cozinheiros						
De 1.ª classe.	-	1	1	1	1	5
De 2.ª classe.	-	-	-	-	-	1
De 3.ª classe.	1	-	-	-	-	1
<i>Total</i>	1	1	1	1	1	7

D) Pessoal civil assalariado

Designações	Pessoal de laboratório, oficinais e de obras		Total
	Operários	Serventes	
De 1.ª classe	-	1	1
De 2.ª classe	1	1	2
De 3.ª classe	1	1	2
<i>Total</i>	2	3	4

Secretaria de Estado da Aeronáutica, 4 de Janeiro de 1967. — O Secretário de Estado da Aeronáutica, Francisco António das Chagas.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
Repartição do Gabinete do Ministro

Decreto-Lei n.º 47 484

A imperiosa necessidade de se obter dos serviços o seu máximo rendimento, aliado à máxima economia dos recursos orçamentais e de pessoal, leva à conclusão de que só operando por via de uma modernização técnica da estrutura e funcionamento dos serviços se poderá alcançar uma sensível economia de meios, eficiência e simplificação na administração.

Os estudos realizados permitiram concluir ser a técnica mecanográfica a que maior perfeição, clareza, simplificação e uniformidade podia trazer aos referidos serviços.

Com o presente diploma pretende-se executar a centralização e mecanização dos vencimentos. Aconselha a experiência que a mecanização do processamento dos abonos e descontos dos militares e civis do Ministério do Exército seja escalonada com vista a reduzir ao mínimo as perturbações que poderão surgir com a mudança profunda do sistema actualmente usado.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Serão elaboradas por processo mecanográfico as relações de vencimentos do pessoal militar e civil do Ministério do Exército a que se entenda ser vantajoso aplicar aquele sistema, podendo adoptar-se igual procedimento em relação a quaisquer outros documentos ou registos respeitantes aos abonos e descontos do referido pessoal.

Art. 2.º O processamento e verificação dos documentos necessários à elaboração mecanográfica dos vencimentos a que se refere o artigo anterior são efectuados pela Chefia do Serviço de Verificação de Contas e de Inspecção Administrativa do Ministério do Exército, a qual, por este motivo, passa a compreender uma Repartição de Vencimentos, além dos órgãos referidos no artigo 141.º do Decreto-Lei n.º 42 564, de 7 de Outubro de 1959.

Art. 3.º Competirá e será da responsabilidade de cada unidade ou estabelecimento militar o fornecimento, dentro dos prazos que forem estabelecidos em instruções a aprovar pelo Ministro do Exército, de todos os elementos que possam ter qualquer influência nos abonos ou descontos a processar mecanograficamente.

Art. 4.º Todos os descontos do pessoal militar e civil do Ministério do Exército, que sejam incluídos em relação de vencimentos, deverão ser arredondados para escudos. Este arredondamento será efectuado para a unidade imediatamente superior, se a fracção for igual ou superior a \$50, e para a imediatamente inferior, no caso contrário.